

# Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020

# Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

## Relatório da administração

### 1. Mensagem da administração

A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Arbitragem

Durante o exercício de 2019 a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor) entrou com processo de arbitragem contra a Companhia. A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das instalações das linhas de transmissão da Companhia e alega que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento são de responsabilidades da Companhia. A Diretoria entende que todos os custos pleiteados pela Elecnor fazem parte do contrato "EPC Turn Key" e portanto nada há o que reembolsar ou mesmo indenizar, sendo a condução tomada no processo arbitral.

Atualmente o processo está em fase de produção de parecer técnico conjunto pelas partes.

Em 11 de dezembro de 2020 foi apresentada petição conjunta das partes com o pedido de prorrogação dos trabalhos desenvolvidos pelos peritos, mediante a apresentação do calendário: (i) 4 de março de 2021 - apresentação do parecer técnico; (ii) 2 de abril de 2021 - pedido de esclarecimentos sobre o parecer técnico; (iii) 3 de maio de 2021 - resposta aos pedidos de esclarecimentos; e (iv) 4 de junho de 2021 - manifestações individuais sobre o parecer técnico e esclarecimentos.

**(b) Receita Anual Permitida (RAP)**

A RAP da Companhia para o ciclo 2020-2021 foi de R\$ 106.520 mil, um incremento de 1,8% quando comparada com a RAP para o ciclo 2019-2020 foi de R\$ 104.557 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

**(c) Revisão tarifária da RAP**

A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021. A RAP estabelecida foi de R\$ 110.692. Um aumento de 5,87% quando comparado com o ciclo 2019-2020. O valor definido na revisão tarifária, conforme estabelecido pela ANEEL, será incluído no ciclo 2021-2022.

**(d) Disponibilidade da linha de transmissão**

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2020 foi de 100% (99,92 em 2019).

#### **4. Governança corporativa**

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

**(a) Diretoria**

A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia.

**(b) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social.

**(c) Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia.

## 5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Acionistas da Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cantareira Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</p> <p>ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e</p> <p>iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.109	5
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	31.326	60.247
Concessionárias e permissionárias	10	11.171	10.543
Ativo de contrato	11	116.404	110.461
Impostos e contribuições a recuperar		3.246	1.136
Outros ativos		561	579
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>165.817</b>	<b>182.971</b>
Ativo de contrato	11	1.483.761	1.439.961
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	27.827	27.282
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.511.588</b>	<b>1.467.243</b>
Imobilizado e Intangível		73	78
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>73</b>	<b>78</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.511.662</b>	<b>1.467.320</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.677.479</b>	<b>1.650.292</b>
Fornecedores		619	394
Financiamento	12	26.455	38.352
Debêntures	13	14.859	10.267
Impostos e contribuições a recolher		1.443	1.254
Pis e Cofins diferidos	14	10.190	10.218
Dividendos a pagar	17 (c)	13.362	14.871
Encargos setoriais		1.470	955
Outros passivos		4.998	6.814
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>73.396</b>	<b>83.125</b>
Financiamento	12	404.911	414.668
Debêntures	13	84.873	93.107
Provisões	15	46.506	30.173
Pis e Cofins diferidos	14	136.093	131.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	221.657	200.445
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>894.040</b>	<b>870.024</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>967.436</b>	<b>953.149</b>
Capital social	17 (a)	318.800	318.800
Reserva de lucros	17 (b)	391.243	378.343
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>710.043</b>	<b>697.143</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.677.479</b>	<b>1.650.292</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>149.358</b>	<b>146.444</b>
Pessoal		(753)	(636)
Material		(57)	(79)
Serviços de terceiros	19 (a)	(2.383)	(1.907)
Atualização da provisão da arbitragem	15	(16.616)	-
Outros		(792)	(645)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(20.601)</b>	<b>(3.267)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>128.757</b>	<b>143.177</b>
Pessoal		(745)	(674)
Serviços de terceiros	19 (b)	(1.972)	(1.207)
Outros		(215)	(212)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(2.932)</b>	<b>(2.093)</b>
<b>Resultado antes das despesas financeiras</b>		<b>125.825</b>	<b>141.084</b>
Receitas financeiras		2.004	4.585
Despesas financeiras		(42.634)	(50.775)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>20</b>	<b>(40.630)</b>	<b>(46.190)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>85.195</b>	<b>94.894</b>
Corrente		(7.723)	(5.326)
Diferido		(21.211)	(26.955)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>21</b>	<b>(28.934)</b>	<b>(32.281)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>56.261</b>	<b>62.613</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		0,18	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	56.261	62.613
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>56.261</b>	<b>62.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção lucros	Lucros a realizar		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>318.800</b>	<b>1.717</b>	<b>25.253</b>	<b>303.631</b>	<b>-</b>	<b>649.401</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	62.613	62.613
Reserva legal	17 (b)	-	3.130	-	-	(3.130)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(14.871)	(14.871)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	44.612	-	(44.612)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>318.800</b>	<b>4.848</b>	<b>69.865</b>	<b>303.631</b>	<b>-</b>	<b>697.143</b>
Pagamento de dividendos	22 (c)	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.261	56.261
Reserva legal	17 (b)	-	2.813	-	-	(2.813)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(13.362)	(13.362)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	40.086	-	(40.086)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>318.800</b>	<b>7.661</b>	<b>79.951</b>	<b>303.631</b>	<b>-</b>	<b>710.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		56.261	62.613
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		21.211	26.955
- Pis e Cofins diferidos		4.434	4.651
- Atualização da provisão da arbitragem	15	16.616	-
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento	20	42.653	49.895
- Ativo de contrato - remuneração	11	(160.204)	(155.105)
		<b>(19.029)</b>	<b>(10.991)</b>
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		28.921	(17.959)
- Concessionárias e permissionárias		(628)	523
- Ativo de contrato	11	110.461	104.822
- Impostos e contribuições a recuperar		(2.110)	1.273
- Outros ativos		18	(137)
- Fornecedores		225	(2.768)
- Impostos e contribuições a recolher		189	(11)
- Encargos setoriais		515	402
- Provisões		(283)	(778)
- Outros passivos		(1.814)	(243)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>116.465</b>	<b>74.133</b>
Debêntures - pagamento de juros	13	(7.031)	(7.251)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(30.735)	(34.909)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>78.700</b>	<b>31.973</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários		(545)	(606)
Imobilizado e intangível		5	1.168
<b>Caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento</b>		<b>(540)</b>	<b>562</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Financiamentos - captação	12	1.500	-
Pagamento de dividendos	22 (c)	(44.871)	(2.981)
Debêntures - pagamento de principal	13	(8.080)	(7.826)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(23.604)	(22.024)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(75.055)</b>	<b>(32.831)</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.104</b>	<b>(296)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	301
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>3.109</b>	<b>5</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
<b>Base de preparação</b>		
1.	Contexto operacional	16
2.	Base de preparação	17
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4.	Uso de estimativas e julgamentos	17
<b>Políticas contábeis</b>		
5.	Base de mensuração	17
6.	Principais políticas contábeis	16
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	26
<b>Ativos</b>		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	28
9.	Títulos e valores mobiliários	28
10.	Concessionárias e permissionárias	29
11.	Ativo de contrato	29
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
12.	Financiamento	30
13.	Debêntures	32
14.	PIS e COFINS diferidos	33
15.	Provisões	34
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	35
17.	Patrimônio líquido	35
<b>Desempenho do ano</b>		
18.	Receita operacional líquida	36
19.	Serviços de terceiros	36
20.	Despesas financeiras líquidas	37
<b>Tributos sobre o lucro</b>		
21.	Imposto de renda e contribuição social	37
<b>Outras informações</b>		
22.	Transações com partes relacionadas	37
23.	Gestão de riscos financeiros	38
24.	Coronavírus (COVID-19)	40
25.	Cobertura de seguros	42

## 1 Contexto operacional

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celemo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 19/2014 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados de São Paulo e Minas Gerais compostas pelas: (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio

O Contrato foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 5 de maio de 2045. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2018.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorrerá no ciclo de 2020/2021. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

### 1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2020-2021 em R\$ 106.520 (R\$ 104.557 para o ciclo 2019-2020). Um aumento aproximado de 1,8%.

### 1.3 Revisão da Receita Anual Permitida

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021. A RAP estabelecida foi de R\$ 110.692. Um aumento de 5,87% quando comparado com o ciclo 2020-2021. O valor definido na revisão tarifária, conforme estabelecido pela ANEEL, será incluído no ciclo 2021-2022.



## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2021.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

## 6.1 Instrumentos financeiros

### (a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (b) Classificação e mensuração subsequente

#### i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

##### **iv.1 Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### **iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

##### **iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(c) Desreconhecimento**

**i. Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**ii. Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(d) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

## 6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

Em 1 de dezembro de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (Ofício) para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- i. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- ii. A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato varia entre 9%a.a. e 16%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 10%a.a. e 15%a.a., nominal e antes dos impostos.

### 6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

### 6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.



Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **6.5 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos**

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possui provisão para PEC.

## 6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

### (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: (i) mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e (ii) contabilidade de *hedge*.

**i. Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa**

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de impactos significativos.

**ii. Contabilidade de hedge**

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas: (ii.1) Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma; (ii.2) Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados; (ii.3) Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item da Companhia é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge; (ii.4) Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui *hedges*.

**iii. Divulgação**

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

**iv. Transição**

Caso aplicável, a Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

**(c) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); e (v) IFRS 17 Contratos de Seguros.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

		2020	2019
Caixa e bancos		9	5
Operações compromissadas	(a)	3.100	-
		<b>3.109</b>	<b>5</b>

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 50% do DI com vencimento em janeiro de 2021.

## 9 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

		2020	2019
CDB	(a)	20.967	51.883
Fundo de investimento	(b)	10.359	7.469
Outras aplicações		-	895
		<b>31.326</b>	<b>60.247</b>

A redução apresentada no exercício refere-se, principalmente, ao pagamento do financiamento, das debêntures e dos dividendos aos acionistas.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98% (97% em 2019) do DI com vencimento entre agosto e dezembro de 2021.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no mesmo fundo de investimentos descrito no "Não circulante" a seguir.

### ii. Não circulante

		2020	2019
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	20.178	19.807
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	7.649	7.474
		<b>27.827</b>	<b>27.282</b>

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente.

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada “Conta Reserva”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.
- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos em uma conta denominada “conta reserva debêntures” e “conta de pagamento debêntures”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2020 foi de 2,22% (5,63% no exercício findo em 2019).

## 10 Concessionárias e permissionárias

	2020	2019
A vencer	10.622	10.225
Até 3 meses	10	89
Acima de 3 meses	539	228
	<b>11.171</b>	<b>10.543</b>

## 11 Ativo de contrato

	2020	2019
<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>	<b>1.550.422</b>	<b>1.500.139</b>
Remuneração do ativo de contrato	160.204	155.105
Recebimentos	(110.461)	(104.822)
<b>Em 31 de dezembro de 2020 e 2019</b>	<b>1.600.165</b>	<b>1.550.422</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Circulante	116.404	110.461
Não circulante	1.483.761	1.439.961
	<b>1.600.165</b>	<b>1.550.422</b>

## 12 Financiamento

Financiamento	461.860	480.982
Custo de transação	(8.840)	(9.534)
<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>	<b>453.020</b>	<b>471.448</b>
Captação - Subcrédito C	1.500	-
Juros	30.491	37.811
Amortização - principal	(23.604)	(22.024)
Amortização - juros	(30.735)	(34.909)
Amortização - custo de transação	694	693
Financiamento	439.512	461.860
Custo de transação	(8.146)	(8.840)
<b>Em 31 de dezembro de 2020 e 2019</b>	<b>431.366</b>	<b>453.020</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Circulante	26.455	38.352
Não circulante	404.911	414.668
	<b>431.366</b>	<b>453.020</b>

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1.

O valor total do financiamento foi de R\$ 426.834 divididos em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 360.119 destinados as obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 64.591 destinados a aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 2.124 destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidirá a TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em 11 de maio de 2020 o BNDES liberou o valor de R\$ 1.500.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2020
Em 2022	27.662
Em 2023	29.466
Em 2024	31.387
A partir de 2025	316.396
	<b>404.911</b>

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,2 e o ICP igual ou superior a 20%.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

**(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)**

	2020
<b>(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)</b>	<b>1,27</b>
(A) Geração de caixa da atividade	88.370
(B) Serviço da dívida	69.449
<b>(A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>88.370</b>
(+) LAJIDA (EBITDA)	98.760
(-) Pagamento de imposto de renda	(7.156)
(-) Pagamento de contribuição social	(3.234)
<b>(B) Serviço da dívida</b>	<b>69.449</b>
(+) Amortização de principal	31.684
(+) Pagamento de juros	37.765
<b>EBITDA</b>	<b>98.760</b>
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	85.195
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	40.630
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	4.434
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(158.645)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(6.925)
(+) RAP no exercício	115.827
(+/-) Outros ajustes IFRS	18.242

(b) Índice de capital próprio (ICP)

<b>(A) Índice de capital próprio (B) / (C)</b>	<b>32%</b>
(B) Patrimônio líquido	293.007
(C) Total do ativo	920.858

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

### 13 Debêntures

Debêntures	106.719	110.668
Custo de transação	(3.344)	(3.608)
<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>	<b>103.375</b>	<b>107.060</b>
Juros	11.203	11.128
Amortização - principal	(8.080)	(7.826)
Amortização - juros	(7.031)	(7.251)
Amortização - custo de transação	264	264
Debêntures	102.812	106.719
Custo de transação	(3.080)	(3.344)
<b>Em 31 de dezembro de 2020 e 2019</b>	<b>99.732</b>	<b>103.374</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

		<b>2019</b>
Circulante	14.859	10.267
Não circulante	84.873	93.107
	<b>99.732</b>	<b>103.374</b>

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2017 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 100.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 9 de janeiro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 6,91% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2019 e o último será efetuado na data de vencimento em 15 de agosto de 2032.



O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2020
Em 2022	10.371
Em 2023	8.568
Em 2024	8.568
A partir de 2025	57.366
	<b>84.873</b>

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não pagamento dos juros e do principal nas datas previstas na escritura; (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia; (c) transformação da Companhia em outro tipo societário; (d) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias; (e) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão; e (f) não atingimento, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,20. O ICSD precisa ser apurado anualmente e a metodologia de cálculo é a mesma utilizada na apuração do ICSD do contrato de financiamento do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

## 14 PIS e COFINS diferidos

	2020	2019
PIS	26.094	25.303
COFINS	120.189	116.546
	<b>146.282</b>	<b>141.849</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Circulante	10.190	10.218
Não circulante	136.093	131.631
	<b>146.282</b>	<b>141.849</b>

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

## 15 Provisões

		2020	2019
Serviços prestados	(a)	44.523	27.907
Meio ambiente		1.443	1.727
Outros		540	539
		<b>46.506</b>	<b>30.173</b>

### (a) Arbitragem

A Companhia está em processo de arbitragem com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das instalações das linhas de transmissão da Companhia e alega que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento são de responsabilidades da Companhia.

No dia 2 de fevereiro de 2019 a Elecnor protocolou no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) requerimento de instauração de arbitragem contra a Companhia, pleiteando o montante de R\$ 50.000.

No dia 24 de julho de 2019 as partes assinaram o Termo Arbitral.

No dia 2 de dezembro de 2019 foi expedida a Ordem Processual, em que foi aberto prazo com vencimento em 17 de janeiro de 2020 para que as partes, conjuntamente, apresentem os pontos controvertidos em petição e, individualmente, especifiquem as provas que desejam produzir.

O processo está em fase de produção de parecer técnico conjunto pelas partes. A Companhia procedeu a revisão dos valores envolvidos e em 2020 atualizou o saldo da provisão para R\$ 44.523 (R\$ 27.907 em 31 de dezembro de 2019), impactando o resultado do exercício em R\$ 16.616.

Em 11 de dezembro de 2020 foi apresentada petição conjunta das partes com o pedido de prorrogação dos trabalhos desenvolvidos pelos peritos, mediante a apresentação do calendário: (i) 4 de março de 2021 - apresentação do parecer técnico; (ii) 2 de abril de 2021 - pedido de esclarecimentos sobre o parecer técnico; (iii) 3 de maio de 2021 - resposta aos pedidos de esclarecimentos; e (iv) 4 de junho de 2021 - manifestações individuais sobre o parecer técnico e esclarecimentos.

Em 31 de dezembro de 2020 o processo continua em andamento.

## 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019
Imposto de renda	162.983	147.387
Contribuição social	58.673	53.058
	<b>221.657</b>	<b>200.445</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

## 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 318.800 dividido em 318.800.000 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil)
	2020 e 2019	
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	162.588
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	156.212
	<b>100%</b>	<b>318.800</b>

### (b) Reserva de lucros

#### i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

#### ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor destinado foi de R\$ 40.086 e R\$ 44.612, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia pagou como dividendos o montante de R\$ 30.000.

#### iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

### (c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor destinado foi de R\$ 13.362 e R\$ 14.871, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 14.871 R\$ 2.981, respectivamente.

## 18 Receita operacional líquida

	2020	2019
Remuneração do ativo	158.645	156.089
Receita de operação e manutenção	6.925	6.571
<b>Receita bruta</b>	<b>165.570</b>	<b>162.660</b>
Pis e Cofins correntes	(10.293)	(10.125)
Pis e Cofins diferidos	(4.434)	(4.651)
Encargos setoriais	(1.485)	(1.440)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(16.212)</b>	<b>(16.216)</b>
	<b>149.358</b>	<b>146.444</b>

## 19 Serviços de terceiros

### (a) Custos operacionais

		2020	2019
Serviço de operação e manutenção	(i)	(1.018)	(1.084)
Consultoria ambiental	(ii)	(519)	-
Manutenção de faixa		(130)	(130)
Diversos		(716)	(693)
		<b>(2.383)</b>	<b>(1.907)</b>

- i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo Redes Brasil S.A.
- ii. Refere-se ao prestação de consultoria para atendimento das condicionantes da Licença de Operação.

### (b) Despesas operacionais

		2020	2019
Prestação de serviços administrativos	(i)	(345)	(344)
Investimentos sociais	(ii)	(1.233)	-
Consultorias		(341)	(829)
Diversos		(53)	(34)
		<b>(1.972)</b>	<b>(1.207)</b>

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo Redes Brasil S.A.
- ii. Refere-se aos gastos em investimentos sociais (construção de uma usina de triagem e compostagem e da implantação de um sistema de coleta seletiva, bem como educação ambiental em escolas públicas no município de Monte Santo de Minas no Estado de Minas Geras) oriundos do Subcrédito C do BNDES, conforme nota explicativa 12.

## 20 Despesas financeiras líquidas

	2020	2019
Rendimento de aplicação financeira	1.973	4.493
Outras receitas	31	92
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.004</b>	<b>4.585</b>
Juros - debêntures	(11.203)	(11.128)
Juros - financiamento	(30.491)	(37.811)
Custo de transação - debêntures	(264)	(264)
Custo de transação - financiamento	(694)	(693)
Outras despesas	18	(879)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(42.634)</b>	<b>(50.775)</b>
	<b>(40.630)</b>	<b>(46.190)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>85.195</b>	<b>94.894</b>
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(28.966)	(32.264)
Adições (exclusões)	32	(17)
<b>Despesa de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(28.934)</b>	<b>(32.281)</b>
Alíquota efetiva	34%	34%

## 22 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2020	2019	2020	2019
Elecnor	(i)	44.523	27.907	(16.616)	(27.907)
Celeo Redes	(ii)	76	-	(1.363)	(1.428)
		<b>44.599</b>	<b>27.907</b>	<b>(17.979)</b>	<b>(29.335)</b>

- i. Conforme nota explicativa 15.
- ii. Refere-se contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais.

### (b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R\$ 519 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2019) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais.

### (c) Dividendos

Nos dias 14 de maio e 2 de julho de 2020 a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, o valor total de R\$ 14.871 e R\$ 30.000, respectivamente. Sendo R\$ 7.584 e R\$ 15.300 para a Celeo e R\$ 7.287 e R\$ 14.700 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação.

No dia 10 de junho de 2019 a Companhia pagou realizou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 2.981. Cada acionista recebeu o valor proporcional à sua participação.

## 23 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

#### i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

#### ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

#### iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

##### iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

### **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

## **iv. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

### **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(1.775)	(1.331)	(887)
Debêntures	Aumento do IPCA	3.401	2.551	1.700

\* fonte: relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020 publicado no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI e o IPCA para o cenário provável (3% e 3,41%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2021.

### (c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 24 Coronavírus (COVID-19)

### (a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde elevou o status do surto de Coronavírus (COVID19) à pandemia mundial.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito (inclusive a continuidade do ciclo de cortes nas taxas de juros, sustentada pelo baixo nível de inflação) e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.



## (b) Medidas adotadas pela Companhia

- **Corporativas**
  - Elaboração de protocolos específicos para ações relacionadas ao COVID-19;
  - Reuniões diárias por videoconferência envolvendo os membros do comitê de crises com acompanhamento das ações;
  - Comunicação semanal orientativa e de incentivo à prevenção do COVID-19 através do canal de comunicação; e
  - Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Serviço (redução e revezamento dos times que atuam na sala de controle principal e equipe de backup em isolamento e pronta para atendimento).
  
- **Organizacionais**
  - Formação de grupos de trabalho do escritório do Rio de Janeiro e bases, envolvendo 115 colaboradores com apoio do Instituto Integrato, visando colaborar para a saúde mental dos colaboradores do Grupo Celeo;
  - Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) - 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
  - Disponibilização de serviço médico 24 horas por dia através da telemedicina, com acesso gratuito e ilimitado para tirar dúvidas pelo celular sobre os cuidados com a família;
  - Acompanhamento das consultas pelo teleatendimento através do programa "Eu saúde" e monitoramento dos casos suspeitos; e
  - Suporte emocional do RH aos colaboradores que tiveram parentes afetados pela COVID-19.
  
- **Ações externas**
  - Participação nas associações setoriais (ABRATE e ABSOLAR);
  - Apresentação do plano de contingência com as ações de enfrentamento do COVID-19 a agentes públicos;
  - Planejamento de ações sociais para apoio aos municípios ou comunidades; e
  - Ações junto às associações para manter a segurança jurídica e regulatória no cumprimento do fluxo de caixa das concessões.

## (c) Impacto nas demonstrações financeiras

Os efeitos do COVID-19 não registraram impactos no resultado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não foram percebidos impactos sobre o nível de inadimplência do contas a receber das concessionárias. Preventivamente, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- impacto nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência;
- redução da taxa de juros e capacidade da Companhia para aceder ao mercado de dívida de curto e médio prazo; e
- ruptura na cadeia de fornecimento de materiais e serviços que impactem nos níveis de capex previstos para 2020.

Os possíveis impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração, a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados para o exercício de 2020.

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, como a postergação do recolhimento de PIS, COFINS, FGTS e INSS.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes.

A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela ANEEL.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 88.390 para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

Júlio César de Castro Martins  
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite  
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8 S-PR